



Gestão Pública e Cidadania

HISTÓRIAS  
DE UM  
*Brasil*  
QUE FUNCIONA

---

GOVERNOS LOCAIS AJUDANDO  
A CONSTRUIR  
UM PAÍS MAIS JUSTO

---





Gestão Pública e Cidadania

HISTÓRIAS  
DE UM  
*Bumil*  
QUE FUNCIONA  
Ciclo de Premiação 2001

---

GOVERNOS LOCAIS AJUDANDO  
A CONSTRUIR  
UM PAÍS MAIS JUSTO

---

Edição:

PETER K. SPINK

Textos:

HÉLIO BATISTA BARBOZA

(a partir das informações fornecidas  
pelos finalistas e dos relatórios de  
visita de campo elaborados  
pelos pesquisadores do Programa  
Gestão Pública e Cidadania)

Projeto gráfico, diagramação e capa:

LIRIA OKODA

Fotolitos:

MEGAGRAPH BUREAU

Impressão:

WIL GRAPH

Impresso em novembro de 2001

São Paulo, SP

---

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Karl A. Boedecker da Escola de  
Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas

Programa Gestão Pública e Cidadania - Histórias de um Brasil que funciona - 2001 /  
São Paulo:

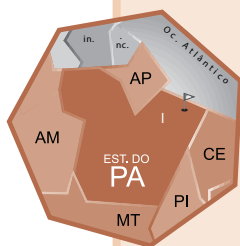
Programa Gestão Pública e Cidadania, 2001.  
94p.

ISBN 85-87426-04-4

1. Administração Pública - Brasil. 2. Políticas Públicas - Brasil. 3. Governo  
Local - Brasil. I. Programa Gestão Pública e Cidadania.

---

CDU - 35 (81)



## FUNDO MUNICIPAL DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA VER-O-SOL

**ÁREA DE IMPLANTAÇÃO:**  
Belém, PA

**INSTITUIÇÃO:**  
Secretaria Municipal de Economia

**CONTATO:**  
Carlos Alberto Barros Bordalo

**ENDEREÇO:**  
Travessa Tiradentes, 663  
Belém, PA  
Cep 66053-330  
(91) 222-4368

# O Sol nasceu para todos

FUNDO MUNICIPAL DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA VER-O-SOL

O Banco do Povo criado pela prefeitura de Belém gera muitos empregos e ajuda grupos sociais vulneráveis a conquistar a autonomia financeira

O Fundo Municipal de Geração de Emprego e Renda Ver-o-Sol é um dos principais programas da prefeitura de Belém para combater a exclusão, a pobreza e o desemprego no município. Mais conhecido como Banco do Povo, o Fundo Ver-o-Sol iniciou suas atividades em 1998. Trata-se de uma instituição de microcrédito, que faz parte do Programa de Geração de Emprego e Renda, da Secretaria Municipal de Economia.

O Banco possui como principais objetivos a geração de emprego e renda, a democratização do acesso ao crédito e o incentivo à criação de formas cooperativas, associativas e solidárias visando a imple-

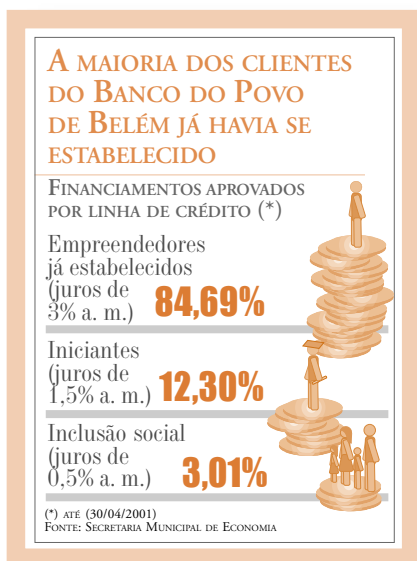
mentar um modelo alternativo de economia. Os beneficiários do Banco do Povo são empreendedores individuais, prestadores de serviço, cooperativas e associações de pequenos e microempreendedores populares do mercado formal e informal de Belém.

Além de se inspirar em outras experiências de microcrédito, como

as de Bangladesh, Colômbia, Equador e Bolívia, o grupo de trabalho buscou a assessoria da Instituição de Crédito Comunitário Portosol (ICC Portosol), de Porto Alegre.

Junto com o Banco, a Prefeitura de Belém criou também o Conselho Municipal de Trabalho e Desenvolvimento Econômico e Social, formado por representantes do governo municipal, dos trabalhadores e dos empregadores. O Conselho é responsável pela gestão de toda a política municipal de emprego e renda da Prefeitura de Belém, incluindo o Banco do Povo.

O município destina ao Banco 1% da quota-parte do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e 0,64% da quota-parte do ICMS. Rendimentos de aplicações financeiras e o retorno dos financiamentos concedidos completam o orçamento do Banco, estimado em R\$ 4,8 milhões em 2001.



## O CAMINHO ATÉ O EMPRÉSTIMO

O processo de concessão de crédito começa com uma palestra que acontece diariamente, na sede do Banco do Povo e em suas duas agências, em horário pré-definido. Na ocasião, um técnico do Banco explica o funcionamento da instituição. Após a palestra, os interessados preenchem um cadastro e entregam cópia de seus documentos, que serão utilizados para consulta aos serviços de proteção ao crédito. Se essa consulta não acusar nenhuma restrição ao candidato, ele recebe a visita de um agente de negócios. O laudo técnico elaborado pelo agente serve de base à avaliação do comitê de crédito, que se reúne semanalmente para decidir sobre os pedidos de financiamento. O comitê é formado pelos coordenadores do Banco do Povo e por um representante da sociedade civil indicado pelo Conselho Municipal de Trabalho e Desenvolvimento Econômico e Social.

Exige-se que o candidato a financiamento resida em Belém há pelo menos cinco anos e que apresente um fiador, com renda mensal comprovada. O Banco do Povo também concede empréstimos a grupos de empreendedores, que prestam aval entre si, com um mínimo de sete membros.

Depois de concedido o empréstimo, o agente de negócios passa a acompanhar o empreendimento, mediante visitas periódicas. Ao quitar o financiamento, o empreendedor pode habilitar-se a um novo crédito, contando com um fator positivo na apreciação da proposta se tiver cumprido pontualmente o pagamento do empréstimo anterior.

O limite de financiamento é de R\$ 5 mil para pessoa física e de R\$ 10 mil para pessoa jurídica. Os prazos de pagamento variam de seis meses (com carência de dois) para os financiamentos de capital de giro, até 24 meses (com carência de seis) para os financiamentos de máquinas e equipamentos. Os juros situam-se entre 0,5% e 3% ao mês, de acordo com a linha de crédito. As linhas de crédito oferecidas pelo Banco demonstram sua permeabilidade à demanda de grupos sociais economicamente vulneráveis.

A taxa de juros de 0,5%, por exemplo, é cobrada em uma linha de crédito especial para familiares de presos e egressos do sistema penal, bem como para famílias que eram atendidas pelo programa Bolsa-Escola. Em ambos os casos, dispensa-se a apresentação de avalista para os empréstimos de até R\$ 600,00.

Há uma segunda linha de crédito, em que é cobrada a taxa de 1,5% ao mês, destinada a: empreendedores iniciantes e jovens recém-formados em cursos profissionalizantes e universidades. Atendendo a uma reivindicação do Conselho Municipal da Condição Feminina; esta linha de crédito também beneficia mulheres chefes de família, mães solteiras, com pouca ou nenhuma escolaridade e vítimas de violência doméstica, que queiram iniciar seu próprio negócio. Empreendedores já estabelecidos tomam empréstimo à taxa de 3% ao mês.

Existe ainda uma linha de financiamento para taxistas, criada por intermédio de um convênio entre a prefeitura, o Banco do Brasil e a Companhia de Transportes do Município. O Banco do Brasil financia 90% do valor do veículo e o Banco do Povo financia o restante, que constitui a contrapartida do taxista, com juros de 1,5% ao mês.

— ■ —

A iniciativa funciona de forma articulada a outros projetos da Secretaria Municipal de Economia, que visam à geração de emprego e renda

— ■ —

## DO ESTADO PARA A SOCIEDADE CIVIL

A iniciativa funciona de forma articulada a outros projetos da Secretaria Municipal de Economia, que visam à geração de emprego e renda. A maioria desses projetos têm por objetivo a inclusão social, capacitando pessoas desempregadas para que se tornem empreendedores autônomos e utilizem os financiamentos concedidos pelo Banco do Povo. Há também uma integração com o Programa Bolsa-Escola, da Secretaria de Educação, para que os beneficiários da bolsa constituam o próprio negócio e adquiram a autonomia financeira

após o período de recebimento do benefício.

O Banco também tem parceria com a Agência de Desenvolvimento Solidário da Amazônia (ADS Amazônia), ligada à Central Única dos Trabalhadores (CUT). A Agência orienta grupos de trabalhadores a fim de que se organizem para requerer financiamentos de forma coletiva.

De outubro de 1998, quando foi concedido o primeiro crédito, até abril de 2001, haviam sido

aprovados pelo Banco 4.850 financiamentos, com 1.315 renovações, num montante total de aproximadamente R\$ 6,8 milhões. As mulheres representavam 40% dos clientes, o que demonstra a importância do Banco para a emancipação feminina.

Outro importante resultado da atividade do Banco é a geração de 1753 empregos nesse período. Embora ainda tenha uma inadimplência elevada (16,7%, considerando-se atrasos de um dia) em relação a outras experiências de microcrédito, o Banco ainda não precisou fazer nenhuma cobrança judicial, prevista para ocorrer quando o atraso superar quatro meses.

Para o futuro, a prefeitura de Belém planeja transformar o Banco do Povo numa organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP), a exemplo de iniciativas semelhantes, que nasceram no interior do aparato estatal e depois passaram ao âmbito da sociedade civil.

